

SUMÁRIO

Apresentação	13
COMO SE POSICIONAR EM RELAÇÃO ÀS NOVAS PERSPECTIVAS PARA A MODULAÇÃO DE EFEITOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES	17
<i>Victor Hugo Macedo do Nascimento</i>	
<i>Paulo Cesar Conrado</i>	
1 Introdução	17
2 “Haverá modulação de efeitos?”	19
3 Quais as consequências das modulações para as empresas que ajuizaram ações?	21
4 Qual foi o marco temporal adotado? A partir de qual recorte temporal a norma teve sua eficácia suspensa ou confirmada?	22
5 Conclusões	24
A MODULAÇÃO, O DIREITO TRIBUTÁRIO E A IRRETROATIVIDADE DO DIREITO	31
<i>Teresa Arruda Alvim</i>	
<i>Smith Barreni</i>	
1 Introdução	31
2 A segurança jurídica sob o ângulo subjetivo e a atividade do Poder Judiciário	32
3 A eficácia da norma criada pelo juiz	37
4 O que indica tratar-se de situação em que deve haver modulação?	40
5 Aspectos procedimentais	44
6 Modulação a favor do Estado?	47
7 O STF e a modulação nas relações entre Estado e particular	50
8 Consequencialismo	59
9 Conclusão	67
10 Referências	68
MODULAÇÃO DE EFEITOS, UM INSTRUMENTO EXCEPCIONAL/USUAL	71
<i>Tercio Sampaio Ferraz Junior</i>	

PROTEÇÃO À COISA JULGADA COMO FUNDAMENTO PARA A MODULAÇÃO DE EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JULGAMENTO DOS TEMAS 881 E 885	83
<i>Tathiane Piscitelli</i>	
<i>Yasmin Barsch</i>	
1 Introdução	83
2 Segurança jurídica como requisito para modulação de efeitos: as limitações do argumento e a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal	86
3 O julgamento dos temas 881 e 885 e a modulação dos efeitos como forma de preservar a segurança jurídica e proteger a coisa julgada	92
4 Preservação da coisa julgada como corolário da segurança jurídica: os limites da modulação de efeitos	96
COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E AÇÃO RESCISÓRIA: AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À NORMA JURÍDICA EM FACE DA POSTERIOR MODULAÇÃO DOS EFEITOS DE PRECEDENTE FIRMADO PELO STF EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	99
<i>Rodrigo Dalla Pria</i>	
<i>Fernanda Maria Martins Santos</i>	
1 Introdução	99
2 Coisa julgada como instrumentalização da segurança jurídica	101
3 A ação rescisória fundada em violação à norma jurídico-tributária (art. 966, V, do Código de Processo Civil)	104
4 Do julgamento pelo STJ dos Recursos Especiais 2.066.696 e 2.054.759: eficácia normativa da “tese do século”	109
5 Conclusões	114
6 Referências	115
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RESSALVAS ÀS MODULAÇÕES DE EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO DO STF	117
<i>Nina Pinheiro Pencak</i>	
<i>Fausto Neiva Andrade</i>	
1 Introdução	117
2 As ressalvas à modulação de efeitos	119
3 A relevância das ressalvas aos fatos geradores pendentes de autuação	121
4 Conclusões: a necessidade de sistematização da modulação de efeitos	126

A MODULAÇÃO DE EFEITOS EM CASOS TRIBUTÁRIOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA <i>Martha Leão</i>	129
1 Introdução	129
2 O instituto da modulação de efeitos e suas finalidades	132
3 Os critérios utilizados pelo STJ na modulação de efeitos e a sua desvinculação com a finalidade de promoção da segurança jurídica	136
4 Os critérios que deveriam ser utilizados para a modulação de efeitos considerando a promoção de segurança jurídica	138
5 Conclusões	141
DESAFIOS DA MODULAÇÃO DE EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NO STF <i>Lucas Bevilacqua</i> <i>Guilherme Taumaturgo Martins</i>	143
1 Introdução	143
2 Segurança jurídica na tributação	146
3 A modulação de efeitos e a superação para frente de precedente	147
4 A modulação de efeitos material e temporal em matéria tributária	152
5 Conclusão	154
6 Referências	156
MODULAÇÃO DE EFEITOS PELOS TRIBUNAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA <i>Jimir Doniak Jr.</i>	159
A modulação no direito tributário: cenário atual e contraste com poucos anos atrás	160
Duas regras e dois tipos de modulação	161
A modulação na decisão que declara a inconstitucionalidade	161
A modulação na decisão por alteração da jurisprudência dominante	162
A modulação é uma exceção	162
Paradoxo da norma constitucional ou ilegal aceita no ordenamento	163
Existência de critérios	164
Modulação na declaração de inconstitucionalidade: exigência, superior, da excepcionalidade do interesse social	165
Exigência de alteração de jurisprudência dominante de tribunal superior	166
Segurança jurídica e interesse social: vinculação com a proteção à confiança legítima	167
Exigência de a decisão judicial, sem modulação, causar impacto relevante nos fatos	171

Razoabilidade: necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito	173
Necessidade de demonstração expressa do atendimento dos critérios	176
A modulação na área tributária em desfavor do contribuinte, o direito à repetição do indébito e a decadência	179
Só quem ingressou com ação merece proteção pela modulação?	182
Conclusões sintéticas	185
MODULAÇÃO DE EFEITOS NO DIREITO BRASILEIRO: ENTRE A TEORIA DA SEGURANÇA E A PRÁTICA DA INSEGURANÇA	187
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i>	
<i>Lara Ramos de Brito Machado</i>	
1 Introdução	187
2 O efeito temporal das decisões judiciais: a segurança jurídica e a tríplice função no direito tributário	189
3 A Corte Europeia e a eficácia temporal das decisões	192
4 A jurisprudência brasileira e a busca por critérios	194
5 Considerações finais	197
6 Referências	198
MODULAÇÃO DE EFEITOS E O TEMA 69: CABIMENTO E (IM)PROCEDÊNCIA DAS AÇÕES RESCISÓRIAS DA UNIÃO FEDERAL	201
<i>Fernanda Ramos Pazello</i>	
1 Mérito e modulação de efeitos do Tema 69	203
2 Cabimento da ação rescisória no Tema 69	208
2.1 Art. 966 do CPC	208
2.2 Art. 535, §§ 5º e 8º, do CPC	211
3 Conclusão	216

A DEFINIÇÃO DE BALIZAS, ORIENTADA PELA SEGURANÇA JURÍDICA, PARA A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DE DECISÕES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA <i>Fabiana Carsoni Fernandes</i> <i>Bruno Campos Christo Teixeira</i>	219
1 Introdução	219
2 As balizas para a modulação por mudança da jurisprudência dominante	225
3 A modulação dos efeitos de decisão pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria tributária	234
3.1 A modulação dos efeitos da decisão no Tema repetitivo n. 1.125	234
3.2 A modulação dos efeitos da decisão nos Temas repetitivos ns. 986 e 1.079	237
4 Conclusão	242
UMA ANÁLISE CRÍTICA DA MODULAÇÃO DE EFEITOS DE DECISÕES TRIBUTÁRIAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL <i>Daniela Gueiros Dias</i>	245
1 Introdução	245
2 A modulação de efeitos na jurisprudência do STF	247
3 Critérios para modulação de efeitos de decisões tributárias	260
4 Conclusão	265
5 Referências	266
MODULAÇÃO DE EFEITOS NAS DECISÕES JUDICIAIS TRIBUTÁRIAS: ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E O MORAL HAZARD <i>Cristiano Rosa de Carvalho</i> <i>Reginaldo dos Santos Bueno</i>	267
1 Introdução	267
2 Modulação de efeitos como regra de comportamento decisório	268
3 Análise Econômica do Direito e <i>moral hazard</i>	274
4 Efeitos nefastos. A modulação de efeitos como indutor de comportamento	279
5 Conclusão	282
6 Referências	282

A FALTA DE CRITÉRIOS PARA MODULAÇÃO DOS EFEITOS NAS DECISÕES JUDICIAIS: DISCRIMINAÇÃO DOS CONTRIBUINTES EM CLASSES	285
<i>Cláudio Tessari</i>	
1 Introdução	285
2 A alteração de jurisprudência dominante e os princípios da proteção da confiança e da igualdade	290
3 Segurança jurídica	295
4 Excepcional interesse social	297
5 Das consequências da aplicação do instituto da modulação dos efeitos sem critérios precisos: discriminação dos contribuintes em classes	301
6 Considerações finais sobre a fixação temporal da modulação dos efeitos	307
7 Referências	309
 MODULAÇÃO DE EFEITOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES E SEUS IMPACTOS NA SEGURANÇA JURÍDICA E NA PROTEÇÃO AO ERÁRIO	 313
<i>Caio Augusto Takano</i>	
<i>Thiago Marini</i>	
1 Introdução	313
2 Considerações iniciais sobre a modulação dos efeitos das decisões judiciais	316
3 Modulação de efeitos no Supremo Tribunal Federal: a busca de um equilíbrio entre segurança jurídica e impactos fiscais?	320
4 Modulação de efeitos no Superior Tribunal de Justiça: inovação e instabilidade na aplicação	325
5 Conclusões	328
6 Referências	330
 ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA MODULAÇÃO DE EFEITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA PELO STF	 333
<i>Ariane Costa Guimarães</i>	
1 Introdução	333
2 A “segurança jurídica”, o “interesse social” e a “mudança de jurisprudência dominante” como justificativas para a modulação de efeitos	336
3 A modulação de efeitos em matéria tributária pelo STF: análise da jurisprudência da Corte	344
4 Considerações finais	361

PEQUENO ENSAIO SOBRE A INDICIÁRIA <i>CRISE DE IDENTIDADE</i> QUANTO À MODULAÇÃO DE EFEITOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES	365
<i>André Henrique Lemos</i>	
<i>Emiliane Santos Silva</i>	
<i>Luiz Hermeto Bernardes</i>	
1 Introdução	365
2 A modulação dos efeitos no direito: fundamentação e objetivos	366
3 A modulação de efeitos em matéria tributária no STF	368
4 A modulação de efeitos em matéria tributária no STJ	370
5 A confiança do contribuinte nas decisões do Poder Judiciário	376
6 A era do fisco responsivo	379
7 Considerações finais	382
8 Referências	383